

POR QUE SE FAZEM AS FESTAS? BREVE REFLEXÃO SOBRE AS FESTAS DE INVERNO NO CONCELHO DE MOGADOURO

por

Antero Neto¹

Resumo: com o presente artigo pretende-se fazer uma reflexão sobre as festas de Solstício de Inverno no concelho de Mogadouro, nomeadamente sobre a importância das mesmas no seio das respectivas comunidades rurais, sobre as razões da sua sobrevivência e a importância da manutenção da tradição.

Palavras-chave: Festa; solstício; tradição; Inverno; máscara; Mogadouro.

Abstract: with this article I intend to perform a reflection about the meaning of the winter solstice rituals at Mogadouro region, in the northeast of Portugal, specifically about their impact in the little rural communities, and about the reason why they managed to survive until the present days and the importance of keeping these traditions alive.

Key words: Ritual; solstice; tradition; winter; mask; Mogadouro.

I. CONTEXTO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO

O concelho de Mogadouro situa-se no distrito de Bragança e confronta a Leste com as províncias espanholas de Zamora e Salamanca. Misto de “Terra Fria” e “Terra Quente”, de abundante xisto e granito, encontra-se ladeado pelos cursos fluviais do rio Sabor (a poente) e do rio Douro (a nascente), que pontuam a paisagem e condicionam a actividade económica, essencialmente agrícola e pecuária. Este território localiza-se no prolongamento da Meseta Ibérica, a sul do chamado Planalto Mirandês, que é terra fértil em tradições ancestrais.

Em matéria de festas que celebram os Solstício de Inverno, chegam-nos notícias antigas da existência no concelho de Mogadouro de rituais com máscara nas aldeias de Urrós, Sanhoane, Quintas das Quebradas, Meirinhos, Castelo

¹ Advogado, investigador.

Branco, Vilarinho dos Galegos e Vila dos Sinos.² Algumas delas desapareceram por completo. No tempo presente apenas contamos com rituais activos nas localidades de Bemposta, Bruçó, Tó, Vale de Porco, Valverde (sendo que este último foi reactivado em 2014, após cerca de cem anos de inactividade) e Vilarinho dos Galegos (igualmente alvo de recuperação recente, ocorrida em Janeiro de 2016).



Fig. 1: “Chocalheiro” de Vale de Porco, em momento de descanso (chocalha quem lhe aparece pela frente e assusta os mais novos, enquanto vai pedindo esmola pela aldeia).

² Segundo informação divulgada por J. R. dos Santos Júnior, na comunicação intitulada “O Careto de Valverde, o Chocalheiro de Vale de Porco e as suas Máscaras de Pau”, tendo por fonte o livro “As Terras de Entre Sabor e Douro”, de José Manuel Martins Pereira.

Estes Caretos, Chocalheiros, Farandulos, Velhos, Velhas, Soldado e Sécia animam as ruas das mencionadas aldeias do concelho de Mogadouro entre os dias 25 de Dezembro e 06 de Janeiro, com coreografias que mobilizam a juventude, reanimam as comunidades e dão colorido à paisagem castanha e amorfa que caracteriza os horizontes nordestinos no pico da interminável invernia (“*nove meses de Inverno e três de Inferno*”, assim ainda diz o povo, não obstante as alterações climáticas a que se vem assistindo). As festas de Bruçó (“Velhos), Valverde (“Careto”) e Vale de Porco (“Chocalheiro”, “Velho” ou “Diabo”) têm lugar no dia 25 de Dezembro; a de Bemposta (“Chocalheiro”) acontece nos dias 26 de Dezembro e 01 de Janeiro; a de Tó (“Farandulo”) sai no dia 01 de Janeiro e a de Vilarinho dos Galegos (“Mascarão e Mascarinha”) realiza-se no dia de Reis, ou no sábado mais próximo dessa data festiva.



Fig. 2: “Farandulo” de Tó (tem por missão entrar nas casas e furtar peças de fumeiro com a longa estaca que transporta. Além disso, tenta roubar o ramo à Sécia para o que vai lutando com o Moço ao longo das ruas da aldeia).

Muitos destes rituais encontram paralelo em todo o Nordeste Transmontano, nomeadamente nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta (com festas nas aldeias de Lagoaça e Fornos, que entretanto, em data que desconhecemos, desapareceram), Miranda do Douro, Macedo de Cavaleiros, Vinhais e Bragança, bem como nas regiões fronteiriças espanholas de Salamanca e Zamora, designadamente em terras de Aliste, onde o autor pôde constatar que em algumas das festas apenas mudam os nomes e parte dos trajes das personagens, criando assim uma mancha geográfica e etnográfica homogênea, com raízes e tradições comuns que a actual divisão política e administrativa não conseguiu eliminar, nem desvirtuar.



Fig. 3: “Soldado” e “Sécia” (“Obisparra”) em Pobladura de Aliste, Espanha.

II. A IMPORTÂNCIA DA FESTA NO SEU CONTEXTO FÍSICO E SOCIAL

Quando falamos das festas, impõem-se algumas questões respeitantes às suas origens e razão de ser. Procuraremos, seguidamente, dar algumas respostas, ou deixar algumas pistas para essas respostas.

Serão as festas elementos de um ciclo de revisitação periódica à matriz fundadora — aquele momento inicial, primevo, sobre o qual assentam a génese e a identidade colectiva de um Povo?

Serão simples manifestações purificadoras da psique comunitária e de catarse colectiva?

Numa mistela sincrética de sagrado e profano, podemos afirmar que os conceitos mencionados se fundem numa amálgama de manifestações simultaneamente identitárias, purgatórias e afirmativas, revestidas de inelutável carácter ritualístico que ajuda à sua preservação através de sucessivas gerações de uma determinada e concreta comunidade. Nas avisadas palavras de Ernesto Veiga de Oliveira, no seu trabalho “Festividades Cíclicas em Portugal”³, “a velha sociedade campesina portuguesa” desdobra-se num “tríptico essencial”, composto, por um lado, pela estrutura familiar e social ancestral, e, por outro, pela sua actividade económica, assente na rudimentar economia local, complementados pela sua vida espiritual e lúdica expressa por meio da tradição festiva.

As festas constituem o elo mais forte da comunidade. E quanto mais pequena for essa comunidade, mais robusto se torna esse laço. Pierre Sanchis, na obra “Arraial: Festa de um Povo”, aborda esse tema⁴, quando diz que “os aldeãos” não perdem a oportunidade de “exaltar os esplendores — por vezes imaginários — da sua festa, [considerando-a] a mais bela da região”. E podemos referir manifestações de teor semelhante tendo como pano de fundo as festas de mascarados da área geográfica em estudo. É frequente, por exemplo, ouvirmos alguém afirmar que a festa da sua aldeia é a mais antiga ou a mais bonita. Ainda recentemente pude ler numa reportagem do jornalista espanhol Luis Falcon Martin que a festa do “Chocalheiro” de Bemposta, aldeia do concelho de Mogadouro, terra de origem de seu pai, era precisamente a mais antiga. O elemento afectivo que preside à festa toldou o raciocínio do experiente jornalista, que se deixou trair pela emoção da ligação familiar ao local em questão. E muitos outros casos similares poderiam ser elencados. Este pequeno exemplo serve apenas para reforçar a ideia do papel da festividade enquanto agente aglutinador das comunidades.

Nas aldeias transmontanas, as festas funcionam como ponto de reencontro cíclico de familiares e conterrâneos. Em Bruçó, minha terra natal, a Festa dos Velhos, que, como vimos, toma lugar a 25 de Dezembro, tal como a festa de Pentecostes (ou festa de Maio, como também é conhecida, apesar de ser móvel e poder calhar em Junho), continuam a ser as principais datas agregadoras dos núcleos familiares, mais do que o próprio mês de Agosto ou qualquer outro período de férias. Nestas ocasiões festivas a população local age como um todo. As

³ Ernesto Veiga de Oliveira, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1984, pág. 217.

⁴ Pierre Sanchis, *Arraial: Festa de um Povo. As Romarias Portuguesas*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983, pág. 15.

rivalidades pessoais ou as tarefas profissionais mais envolventes conhecem nestas alturas um singular período de tréguas, remando toda a comunidade num só sentido, que é a concretização da festa com sucesso, perpetuando assim o seu dever para que a chama vital da aldeia nunca se extinga. De tal maneira que a sensação de pertença a um lugar e a uma estrutura societária revela-se nestas ocasiões festivas de forma muito mais premente e profunda.

III. O ESTRANHO CASO DA SOBREVIVÊNCIA DAS FESTAS DE RAIZ PAGÃ

Como é sobejamente sabido e amplamente discutido, as festividades de raiz mais marcadamente pagã, como é o caso das festas com máscaras, que pontuam aqui e ali na região situada mais a nordeste do território transmontano, representam um desvio à norma plasmada pelo domínio histórico da Igreja cristã sobre o mundo ocidental. E quando coloco o acento tónico nestas festas em particular, estou a deixar de lado a discussão em torno do facto de praticamente todo o calendário litúrgico cristão assentar sobre fundamentos pagãos, que, de forma inteligente, a hierarquia católica, na impossibilidade de os combater, pois estavam enraizados no espírito das gentes desde praticamente o surgimento do ser humano, soube assimilar e adaptar à sua própria idiossincrasia sacra.

“Não será pouco comprovar que algumas dessas práticas estavam tão arreigadas nos costumes das populações que sobrevivem até hoje e traduzem uma realidade, independentemente de por vezes ser possível reconhecer-lhe uma origem.”⁵ Existem registos escritos do permanente e fervoroso combate que a hierarquia apostólica romana levou a cabo, desde a Idade Média, contra este género de tradições, sendo o mais famoso deles o “*De Correctione Rusticorum*”, do bispo de Braga, São Martinho de Dume.⁶ Esta vã tentativa de “*correção dos rústicos*” esbarrou, quanto a mim, precisamente no carácter agreste das pequenas e herméticas comunidades rurais do interior português. O mesmo isolamento que permitiu, por exemplo, a conservação de estranhos e peculiares linguajares de fronteira, terá igualmente contribuído para a resiliência das manifestações festivas de cariz pagão. A esta ideia

⁵ Aires A. Nascimento, *Instrução Pastoral Sobre Superstições Populares – De Correctione Rusticorum*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997, pág. 58.

⁶ “De uma forma mais ou menos explícita, Martinho ocupa-se (...) de uma série de práticas supersticiosas ligadas no seu conjunto à celebração da festa das Calendas de Janeiro. Dava ela origem a excessos do tipo carnavalesco, com disfarce e desmandos libertinos.” — *Idem*, pág. 158, nota 63.

acresce ainda o não despreciando detalhe de os membros do clero que pontuavam nestas terras pobres saírem precisamente do seio das comunidades que orientavam espiritualmente. Ou seja, estávamos perante uma prática espiritual endogâmica, em que os filhos de uma comunidade eram eles próprios os guias espirituais e religiosos dessa mesma comunidade, e, naturalmente, avessos a vincadas interferências de terceiros estranhos ao seu meio-ambiente. Tratava-se, então, de um sistema social extremamente conservador, dominado tradicionalmente por um número muito restrito de indivíduos e de famílias, geralmente de cultura muito rudimentar e com mentes tacanhas. Penso poder arriscar com alguma solidez a tese de que este facto terá dado um contributo fundamental para a preservação das festas que ocupam o objecto deste nosso breve estudo. A comunidade e sempre a comunidade, embora, por vezes, sob estranhos e contraditórios designios, a proteger-se a si e à sua identidade, através da preservação da festa, elemento agregador do Povo que durante o resto do ano labuta unicamente para se manter vivo e à tona.



Fig. 4: “Moço” e “Sécia” com o seu ramo — personagens da festa do “Farandulo”, em Tô (o Moço protege a Sécia das investidas do Farandulo que lhe tenta roubar o ramo e esta vai recolhendo esmolos).

Além de tudo isto e tal como um dia afirmou o falecido poeta e cineasta António Reis — profundo conhecedor da região, pois além de ter casado na aldeia mogadourense de Bemposta, realizou, juntamente com a esposa Margarida Cordeiro, o celebrado filme “Trás-os-Montes” — os transmontanos são mais supersticiosos do que religiosos. E assim, por mais bulas e éditos que a hierarquia católica despejasse ao longo dos séculos contra as manifestações festivas pagãs, não lhe restou outra alternativa que não fosse integrá-las também no calendário litúrgico oficial, associando-as a Santo Estêvão e outros nomes da sua hagiologia, tornando-se assim cúmplice, embora envergonhada, dessa sobrevivência. Aliás, diga-se que a primeira grande capitulação já tinha ocorrido aquando da associação da celebração do nascimento de Jesus Cristo à data de 25 de Dezembro, verdadeiro epicentro cronológico congregador das festividades pagãs de Inverno, que ainda hoje se conserva como tal.

IV. A TRADIÇÃO JÁ NÃO É O QUE ERA

Em diálogo recente com um cidadão natural de Bemposta, Tomé Fernandes, de 74 anos de idade, ocorrido após a cerimónia de apresentação dos livros sobre as festas das máscaras na livraria Lello, na cidade do Porto, dizia-me ele, a propósito do labor desenvolvido no sentido de recuperar alguns rituais festivos desaparecidos, nomeadamente nas aldeias de Valverde e de Vilarinho dos Galegos, que a festa para ter impacto em cada um de nós, haveria de ter sido vivenciada na infância. Esta ideia vem de encontro às dificuldades que os rituais em causa (“Careto de Valverde” e “Mascarão e Mascarinha” de Vilarinho) têm sentido para se imporem novamente. O impacto inicial não se traduziu na desejada continuidade, encontrando-se esse entusiasmo inaugural imerso numa espécie de intermitente limbo existencial (o Careto de Valverde saiu à rua, pela terceira vez desde a sua recuperação, no Natal de 2018). Por isso, talvez a explicação para a referida inércia resida no facto de os jovens que têm a obrigação social de sustentar a festa não a terem vivido na sua infância. De não a terem sentido como algo seu desde o berço.



Fig. 5: “Careto” de Valverde (primeira reaparição, em 25 de Dezembro de 2014). É acompanhado por uma “Velha” e precedido pelo rufar do tambor, enquanto ameaça com a moça e assusta os mais novos e pede esmola pela aldeia).



Fig. 6: “Chocalheiro” de Bemposta a percorrer as ruas da aldeia, onde vai chocalhando, pedindo esmola e assustando os mais novos.

Esta constatação remete-me para o caso particular de Bruçó, o qual, por razões óbvias, me é mais caro. Precisamente porque o vivi. E tal como eu, sinto que os meus conterrâneos jamais deixarão cair a festa. Nem que os “velhos”, na verdadeira acepção da palavra, tenham que se mascarar.



Fig. 7: “Velho” de Bruçó, em perseguição de um desafiador com bexiga (o objectivo final dos “Velhos” é capturar e rebentar todas as bexigas com que os rapazes os desafiam. Ao mesmo tempo, vão pedindo esmola pela aldeia).

A este propósito e no âmbito de um trabalho que tenho em mãos e que passa por entrevistar os protagonistas da festa ao longo de várias gerações, gravei uma conversa com minha mãe, Isolina Neto, de 75 anos de idade. Numa longa meia hora de relato de vivências foi-me contando como era a festa na sua infância, na juventude e já depois de casada. Disse-me, nomeadamente que uns dias antes da festa, já os petizes em idade escolar a reproduziam, fingindo serem os protagonistas, recorrendo a ramos de giestas e outros artefactos rudimentares para brincar aos “Velhos”. O actual presidente da Junta de Freguesia, professor João Possacos, com

cerca de 60 anos de idade, relatou-me factos idênticos. Mais me contou minha mãe que num determinado dia de Natal, há cerca de 45 anos atrás, as mordomas, responsáveis pela organização da festa, para não terem que dar o almoço aos rapazes que haveriam de se vestir, gizaram uma desculpa esfarrapada para se furtarem à saída dos mesmos. Não obstante, resolveram arriscar a pedir a esmola habitual pelas casas da aldeia. Como resultado dessa atitude, foram escorraçadas, apupadas, apedrejadas e corridas literalmente a toque de latas. De tal forma que tiveram que se refugiar em casa e suplicar aos rapazes para que se vestissem. E assim acabou por se fazer a festa, como mandavam os preceitos.



Fig. 8: Aspecto do cortejo que se vai formando durante o decurso da festa dos “Velhos”, em Bruçó (podem observar-se o “Velho” e a “Velha” a ladearem os mordomos).

Minha mãe manifestou-me tristeza pelo facto de os rapazes que hoje em dia se vestem pedirem dinheiro à organização para tal, pois isso constitui um atentado à pureza da festa. Também eu sinto alguma nostalgia dos tempos de infância quando a aldeia fervilhava de gente e uma verdadeira multidão acompanhava os protagonistas, enchendo de alegria, bulício, animação e algazarra as suas ruas enlameadas. Enquanto houvesse uma bexiga por rebentar, os actores não paravam. Os duelos chegavam a prolongar-se até ao anoitecer. A festa era levada a sério por gerações de adolescentes que se despicavam entre si, fazendo meças de valentia. Hoje, resta o folclore e a manutenção da esperança de que um dia a curva demográfica se inverta e voltemos a ter a massa crítica necessária, ou seja, a abundância de juventude que permita recuperar o esplendor e a essência da festividade.



Fig. 9: “Soldado” e “Sécia” a animarem a festa dos “Velhos”, em Bruçó (a Sécia agarra-se aos homens, desprevenidos, e o Soldado fustiga-lhes as costas com um largo cinturão. Também vão recolhendo as esmolas que os populares lhes dão).

Antes de terminar, e para rematar esta minha alocução, resta-me fazer uma ligeira abordagem à questão da tradição, *stricto sensu*. Numa conversa de circunstância com Hélder Ferreira, meritório dinamizador de várias iniciativas em torno das festas com máscaras, ele revelava-me com alguma apreensão o facto de ver rapazes, nos rituais, a calçar sapatilhas de marca, algumas vezes fluorescentes e com cores berrantes, por, segundo ele, tais modernices não combinarem nada bem com os tradicionais fatos de mascarados. Em jeito de comentário crítico a esta posição expressa pelo Hélder, permitam socorrer-me aqui das palavras de Richard Handler, citadas por Paulo Raposo na sua obra “Por Detrás da Máscara”⁷: “as tradições culturais não são necessária e exclusivamente espúrias ou genuínas, mas simbolicamente reinventadas num presente contínuo”. O mesmo Paulo Raposo afirma, no livro em questão, algo que me parece paradigmático: “as identidades reformuladas, repensadas, reelaboradas a partir destas tradições locais em processos dinâmicos de recriação ou de transformação, não são menos moldadas a partir de vivências

⁷ Paulo Raposo, *Por Detrás da Máscara*, IMC, Macedo de Cavaleiros, 2010, pp. 21-22.

quotidianas, nem deixam de conferir uma marca de distinção. Assim, os caretos que hoje conhecemos não são necessariamente os caretos que foram observados pelo Abade de Baçal nos primórdios do séc. XX, nem os que Sebastião Pessanha registou e descreveu em meados do mesmo século, ou os que Noémia Delgado e Benjamim Pereira quase deixaram de ver nos anos 70.”⁸

Concluo pois, tal como Paulo Raposo e na esteira de outros pensadores, que a tradição se vai reinventando todos os dias, num processo de contínuo ajuste ao pulsar das comunidades vivas, adaptando-se também ela aos novos tempos. Seguramente que há cem anos atrás o calçado era diferente do actual. E o mesmo se poderá dizer do calçado de há duzentos ou trezentos anos e assim sucessivamente. Resta-nos acompanhar os tempos e flexibilizar o conceito de tradição porque o cronómetro não volta para trás, nem existe nenhuma máquina que nos permita congelar os costumes. E quando assistimos por esse país fora à venda de caldos com batata nas feiras medievais, como sendo comida genuína daquela época anterior aos Descobrimentos, que legitimidade temos para criticar um par de sapatilhas amarelas da Nike aos rapazes das mascaradas?

Nota 1: todas as imagens foram captadas pelo autor, integrando o seu acervo pessoal.

Nota 2: o autor não segue as normas do Novo Acordo Ortográfico.

BIBLIOGRAFIA

JÚNIOR, J. R. dos Santos (1940), *O Careto de Valverde, O Chocalheiro de vale de Porco e as Suas Máscaras de Pau*, in Comemorações Portuguesas de 1940, comunicação apresentada à 3.ª secção do Congresso Nacional de Ciências da População, Porto.

NASCIMENTO, Aires A. (1997), *Instrução Pastoral Sobre Superstições Populares – De Correctione Rusticorum*, Edições Cosmos, Lisboa.

NETO, Antero (2014), *As Festas de Inverno e os Mascarados de Valverde*, Editora Lema d’Origem, Mogadouro.

NETO, Antero (2016), *Vilarinho dos Galegos e os seus Mascarados*, Editora Lema d’Origem, Mogadouro.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1984), *Festividades Cíclicas em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

⁸ *Idem*, pág. 21.

PEREIRA, José Manuel Martins (1908), *As terras de Entre Sabor e Douro*, J. L. dos Santos, L.^{da}, Setúbal.

RAPOSO, Paulo (2010), *Por Detrás da Máscara*, IMC, Macedo de Cavaleiros.

SANCHIS, Pierre (1983), *Arraial: Festa de um Povo. As Romarias Portuguesas*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.